

Título do Original em Alemão:
Die Protestantische Ethik Und Der Geits Des Kapitalismus

Tradução:
M. Irene de Q. F. Szmrecsányi
Tamás J. M. K. Szmrecsányi

Capa:
Jairo Porfírio

© COPYRIGHT J. C. B. Mohr
(Paul Siebeck) © 1967 para
Lingua Portuguesa adquirido
por Pioneira Thomson
Learning Ltda, uma divisão
da Thomson Learning, Inc.
Thomson Learning™ é uma
marca registrada aqui
utilizada sob licença.

Impresso no Brasil.
Printed in Brazil.
1 2 3 4 5 03 02 01

Praça Dirceu de Lima, 313
Casa Verde – CEP 02515-050
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3858-3199
Fax: (11) 3858-0443
pioneeratl@pioneeratl.com.br
www.pioneeratl.com.br

Rua Santa Justina, 496
Vila Olímpia – CEP 04545-042
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3849-2600
Fax: (11) 3045-0335

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro
poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios
empregados sem a permis-
são, por escrito, da Editora.
Aos infratores aplicam-se as
sanções previstas nos artigos
102, 104, 106 e 107 da Lei
nº 9.610 de 19 de fevereiro
de 1998.

Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação
(CIP)
(Câmara Brasileira do
Livro, SP, Brasil)
Weber, Max, 1864-1920.
A ética protestante e o
espírito do capitalismo
Max Weber; tradução de M.
Irene de Q. F. Szmrecsányi,
Tamás J. M. K. Szmrecsányi.
São Paulo: Pioneira Thomson
Learning, 2001.
Título do original: Die
Protestantische Ethik und
der Geits des Kapitalismus.
15ª reimpr da 1ª ed. de 1967.
ISBN 85-221-0094-2
1. Ética cristã
2. Protestantismo
3. Cristianismo e capitalismo
I. Título.
00-5266 CDD-261.85
Índices para catálogo
sistemático:
1. Capitalismo e cristianismo
261.85 2. Cristianismo e
capitalismo 261.85

texto 5

a ética protestante e o espírito do capitalismo

Max Weber

Introdução

No estudo de qualquer problema da história universal, um filho da moderna civilização européia sempre estará sujeito à indagação de qual a combinação de fatores a que se pode atribuir o fato de na Civilização Ocidental, e somente na Civilização Ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento *universal* em seu valor e significado.

Apenas no Ocidente existe a "ciência" num estágio de desenvolvimento que atualmente reconhecemos como "válido". Os conhecimentos empíricos, as reflexões sobre os problemas do mundo e da vida, a sabedoria filosófica e a teológica do tipo mais profundo não lhe são confinados — se bem que no caso da última, o pleno desenvolvimento de uma teologia sistemática deva ser atribuído ao cristianismo sob a influência do helenismo, uma vez que dela apenas existiam fragmentos no Islão e em algumas poucas seitas hindus. Conhecimento e observação de grande acuidade existiram também em outras civilizações, principalmente na Índia, na China, na Babilônia e no Egito. Mas, à astronomia babilônica e às outras faltava — o que torna mais espantoso o seu desenvolvimento — a fundamentação matemática que lhe foi dada pela primeira vez pelos gregos. A geometria da Índia faltava a prova racional; foi este outro produto do intelecto grego, que também foi o criador da mecânica e da física. As ciências naturais indianas se bem que, desenvolvidas na observação, careciam do método experimental, que foi, exceto nos seus primórdios na antiguidade, essencialmente um produto do Renascimento, assim como o foi o moderno laboratório, sem o qual a medicina, especialmente a indiana, altamente desenvolvida em seu aspecto técnico-empírico, era desprovida de fundamentos biológicos, e especialmente de fundamentos bioquímicos. Uma química racional tem estado ausente de todas as culturas que não a ocidental.

A altamente desenvolvida historiografia chinesa faltava o método de Tucídides. Maquiavel teve precursores na Índia. Mas, em todas as teorias políticas asiáticas faltava um método

sistemático comparável ao de Aristóteles, e inexistia qualquer conceito racional. Para um Direito racional, apesar das antecipações na Índia (Escola de Mimamsa), das extensas codificações, especialmente no Oriente Próximo, e de todas coleções de leis indianas e de outras, faltava o que é essencial a uma jurisprudência racional: o rígido esquema jurídico de pensamento dos romanos e do Direito ocidental por ele influenciado. Uma estrutura como a do cânone jurídico só é conhecida no Ocidente.

O mesmo ocorre com a Arte. O ouvido musical era, aparentemente, até mais desenvolvido em outros povos do que atualmente entre nós: certamente não o era menos. Os diversos tipos de polifonia tiveram ampla divulgação em todo o mundo; a conjugação de uma pluralidade de instrumentos e a vocalização de partes da polifonia existiram em outras civilizações. Todos os nossos intervalos de sons eram conhecidos e calculados por elas. Mas, música racional — tanto o contraponto como a harmonia —, a formação da sonoridade na base de três tríades com o terceiro harmônio; nossa cromática e enarmônica interpretadas não em termos de espaço, mas, desde o Renascimento, de harmonia; nossa orquestra com seu quarteto de cordas como núcleo e com a organização do conjunto de instrumentos de sopro; nosso acompanhamento de graves; nosso sistema de notação (que possibilitou inicialmente a Composição e o uso de nossos instrumentos, e depois sua própria sobrevivência); nossas sonatas, sinfonias, óperas e os instrumentos básicos que lhes servem de meio de expressão: o órgão, o piano, o violino só existiram no Ocidente, se bem que a música figurativa, a poesia tonal, a alteração de tons e a dissonância tenham existido como meios de expressão em várias tradições musicais.

A ogiva foi usada como meio de decoração também na antiguidade e na Ásia; presumivelmente, tampouco a combinação da ogiva com a abóbada em cruz era desconhecida no Oriente. Contudo, o uso racional da abóbada gótica como meio de distribuição de peso e de cobertura de espaços na forma desejada e, antes de mais nada, como princípio construtivo de edifícios monumentais e formação de um "estilo" que abrangesse também a escultura e a pintura, como o foi o criado na Idade Média, não ocorreu em nenhuma outra parte, se bem que do Oriente proviessem os fundamentos

técnicos de nossa Arquitetura. Inexistiu, da mesma forma, o solucionamento do problema da cúpula e o tipo de racionalização clássica das artes — introduzido na pintura pela utilização racional de linhas e da perspectiva espacial — que o Renascimento nos legou. Os produtos das artes gráficas já eram conhecidos na China. Mas uma literatura impressa, destinada apenas à impressão e apenas possibilitada por ela, principalmente a imprensa jornalística e periódica, somente surgiram no Ocidente.

Escolas superiores, de todas as espécies, inclusive algumas superficialmente semelhantes às nossas Universidades ou, pelo menos, às nossas Academias, existiram alhures (China, Islão). Mas, um tratamento racional, sistemático e especializado da ciência por especialistas treinados, em um sentido que se aproximasse de seu atual papel de dominância na cultura contemporânea, não existiu senão no Ocidente. Isto é verdade, principalmente, no que se refere ao funcionário especializado, base do Estado Moderno e da moderna economia ocidental. Dele só se encontraram sugestões, que em parte alguma e em nenhum sentido foram tão essenciais à ordem social como ele o é no Ocidente. Naturalmente o "funcionário", mesmo o especializado, é figura muito antiga nas mais diversas culturas. Mas, país e tempo algum experimentaram jamais, no mesmo sentido que o moderno Ocidente, a absoluta e completa dependência de toda a sua existência, das condições políticas, técnicas e econômicas de sua vida, de uma organização de funcionários especialmente treinados, funcionários técnica, comercial e, acima de tudo, juridicamente treinados, detentores das mais importantes funções cotidianas na vida social.

A organização estamental das associações políticas e sociais era largamente disseminada. Mas, mesmo o Estado estamental* "rex et regnum" só foi conhecido, no sentido ocidental, pelo Ocidente. Parlamentos de "representantes do povo" eleitos periodicamente, e a liderança de demagogos e chefes partidários constituídos em "ministros" responsáveis perante o Parlamento, só foram totalmente estabelecidos pelo Ocidente, se bem que, naturalmente, sempre tivessem havido "partidos",

* No original, *Standestaat*, forma assumida pelo regime feudal em sua transição para a monarquia absoluta.

no sentido de organizações para a tomada e orientação do poder político. O próprio "Estado", tomado como entidade política, com uma "Constituição" racionalmente redigida, um Direito racionalmente ordenado, e uma administração orientada por regras racionais, as leis, administrado por funcionários especializados, é conhecido, nessa combinação de características, somente no Ocidente, apesar de todas as outras que dele se aproximaram.

O mesmo ocorre com a força mais significativa de nossa vida moderna: o Capitalismo.

O "impulso para o ganho", a "ânsia do lucro", de lucro monetário, de lucro monetário o mais alto possível, não tem nada a ver em si com o capitalismo. Esse impulso existiu e existe entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, ladrões, cruzados, jogadores e mendigos — ou seja em toda espécie e condições de pessoas*, em todas as épocas de todos os países da Terra, onde quer que, de alguma forma, se apresentou, ou se apresenta, uma possibilidade objetiva para isso.

A superação dessa noção ingênua de capitalismo pertence ao ensino do jardim de infância da História da Cultura. O desejo de ganho ilimitado não se identifica nem um pouco com o capitalismo, e muito menos com o "espírito" do capitalismo. O capitalismo pode até identificar-se com uma restrição, ou, pelo menos, com uma moderação racional desse impulso irracional. De qualquer forma, porém, o capitalismo, na organização capitalista permanente e racional, equivale à procura do lucro, de um lucro sempre renovado, da "rentabilidade". Só pode ser assim. Dentro de uma ordem econômica totalmente capitalística, uma empresa individual que não se orientasse por esse princípio, estaria condenada a desaparecer.

Definamos agora os nossos termos de uma maneira mais precisa do que geralmente ocorre. Chamaremos de ação econômica "capitalista" aquela que se baseia na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. Em última análise, a apropriação (formal e atual) do lucro segue os seus preceitos específicos, e, (conquanto não se possa proibi-lo) não convém colocá-la na mesma categoria da ação ori-

* Em inglês no original: *all sorts and conditions of men*.

entada para a possibilidade de benefício na troca.¹ Onde a apropriação capitalista é racionalmente efetuada, a ação correspondente é racionalmente calculada em termos de capital. Isto significa que ela se adapta a uma utilização planejada de recursos materiais ou pessoais, como meio de aquisição, de tal forma que, ao término de um período econômico, o balanço da empresa em termos monetários (ou, no caso de uma empresa permanente, a estimação periódica dos bens financeiramente alienáveis) exceda o capital (cada vez mais, no caso da empresa permanente), isto é, o valor estimado dos meios materiais de produção utilizados para a aquisição na troca. Isto vale tanto para a quantidade de mercadorias confiadas "in natura" a um caixeiro viajante, cujos proventos poderão ser outras mercadorias "in natura", como para uma empresa industrial, cujos componentes envolvem imóveis, máquinas, disponibilidade em dinheiro, matéria prima, produtos acabados e semi-acabados, todos contrapostos a débitos. Nisto reside o importante, no cálculo do capital em dinheiro, seja através de modernos meios contabilísticos, seja através de qualquer outro meio, por mais primitivo e superficial que ele seja. Tudo é feito em termos de balanço: a previsão inicial no começo da empresa, ou antes de qualquer decisão individual; o balanço final para verificação do lucro obtido. Por exemplo, a previsão inicial de uma transação por *comenda** pode ser a constatação do valor monetário dos bens transacionados — enquanto esses não assumirem forma monetária —, e, o seu balanço final pode equivaler a uma distribuição do lucro ou das perdas ao término da operação. Na medida em que as operações são racionais, toda ação individual das partes é baseada em cálculo. A inexistência de um cálculo realmente apurado, o fato de o procedimento ser pura adivinhação, ou simples tradição e convenção, ocorre ainda hoje em toda forma de empresa capitalista em que as circunstâncias

* *Kommenda*, no original. Forma de empresa ocasional, antecessora da empresa permanente de comércio; espécie de representação de compra e venda, surgida por volta do século X, em Veneza. (cf. Max Weber: *História Econômica Geral*, trad. de Manuel Sanchez Sarto — México, 1956 Fondo de Cultura Económica, págs. 198-199; e também Henri Pirenne: *História Econômica y Social de la Edad Média*, trad. de Salvador Echavarría — México, 1960 — Fondo de Cultura Económica, págs. 21 e 93).

não exijam precisão absoluta. Esses fatos, entretanto, pouco afetam a racionalidade da aquisição capitalista.

O que importa nessa concepção é a efetiva orientação para um ajustamento dos lucros ao investimento, por mais primitiva que seja a sua forma. Neste sentido, o "Capitalismo" e empresas "capitalistas", inclusive com uma considerável dose da racionalização capitalística, existiram em todos os países civilizados da Terra, como podemos julgar pelos documentos econômicos. Existiram na China, na Índia, na Babilônia, no Egito, na Antiguidade Mediterrânea e na Idade Média, tanto quanto na Idade Moderna. Não eram apenas empreendimentos isolados, mas também verdadeiros sistemas, que dependiam inteiramente da constante renovação de empreendimentos capitalísticos, e até de "operações" contínuas, embora o comércio não tivesse ainda por muito tempo o caráter dos nossos empreendimentos permanentes, constituindo antes de uma série de ações individuais, que apenas foram adquirindo coerência interna (orientada para a especialização) com o advento do grande comércio. De qualquer forma, a empresa capitalista e o empreendimento capitalista, não só como empreendedores ocasionais, mas também como empresas duradouras, existiam de longa data e em toda parte.

Agora, contudo, o Ocidente desenvolveu uma gama de significados do capitalismo, e, o que lhe dá consistência — tipos, formas e direções — que antes nunca existiram em parte alguma. Em todo o mundo tem havido comerciantes — atacadistas e varejistas, negociantes locais e viajantes, armazéns de todo tipo, bancos de funções altamente diversificadas, pelo menos comparáveis aos nossos do século XVI. Empréstimos marítimos,* *Comendas*, firmas e associações comanditárias também eram largamente disseminadas. Onde sempre existiram finanças monetárias de corporações abertas, também aparecia a figura do financiador. Na Babilônia, na Grécia na Índia, na China e em Roma, no financiamento de todas as guerras e piratarias, em fornecimentos e construções de toda espécie, na política de ultramar, como empreendedor na agricultura — com escravos, ou mão de obra direta ou indiretamente escravizada — ele desempenhava o papel do administrador dos

* Espécie de seguro marítimo: "associação cooperativa para a divisão do risco". (cf. Max Weber, *op. cit.*, pág. 182).

domínios, das repartições, e, acima de tudo, dos impostos. Era o arrendatário, o financiador de chefes partidários nas eleições e dos "condottieri" na guerra civil. Era o "especulador" do lucro monetário de todos os tipos. Essa espécie de empreendedor, o aventureiro capitalista, existiu em todo o mundo. Suas atividades, exceto as de caráter comercial, creditício ou bancário, eram de caráter puramente irracional e especulativo, ou, quando muito, orientados para a apropriação pela força, principalmente do botim obtido, seja na guerra, seja através da contínua exploração fiscal dos súditos.

Capitalismo de empresários isolados, de especuladores em larga escala, de colonizadores, e boa parte do capitalismo financeiro, mesmo em tempo de paz, mas principalmente na exploração das guerras, ainda possui essas características nos modernos países ocidentais, e, uma parte, apenas uma parte, do grande comércio internacional — hoje como sempre — ainda está preso a elas.

O Ocidente, todavia, ao lado desse, veio a conhecer, na era moderna, um tipo completamente diverso e nunca antes encontrado de capitalismo: a organização capitalística racional assentada no trabalho livre (formalmente pelo menos). Disso apenas encontramos sugestões alhures. A própria organização do trabalho escravo só alcançou um certo grau de racionalidade nas plantações, de maneira limitada nas "ergasteria"* da Antiguidade, e, de modo ainda mais modesto, nos feudos, e oficinas artesanais ou indústrias caseiras dos senhores feudais, movimentadas por servos da gleba ou meeiros. Apenas casos isolados de trabalho livre em algumas indústrias caseiras podem ser encontrados "fora" do Ocidente. O uso, naturalmente universal, de diaristas em pouquíssimos casos levou à formação de organizações manufatureiras — especialmente a monopólios estatais, muito diferentes da moderna organização industrial — mas nunca a organizações racionais do trabalho e do aprendizado, do tipo existente em nossa Idade Média.

A organização industrial racional, orientada para um mercado real, e não para oportunidades políticas ou especula-

* No original *Ergasterien*. Palavra de origem latina, cujo significado prende-se à execução de um trabalho puramente físico e padronizado. Tratava-se de uma espécie de oficina com mão de obra escrava, não obrigatoriamente uma fábrica. (cf. Max Weber, *opus*, pág. 114).

tivas de lucro, não é, entretanto, a única criação peculiar do capitalismo ocidental. A moderna organização racional da empresa capitalista não teria sido viável sem a presença de dois importantes fatores de seu desenvolvimento: a separação da empresa da economia doméstica, que hodiernamente domina por completo a vida econômica, e, associado de perto a este, a criação de uma contabilidade racional. Uma separação espacial dos locais de trabalho ou venda dos de residência já existiam alhures, no bazar oriental e nas "ergasteria" de outras culturas. As atividades de associações capitalistas financeiramente independentes são encontradas no Oriente Próximo e no Extremo Oriente; existiram também na Antiguidade, mas, comparadas às modernas empresas mercantis, apenas constituem modestos primórdios. Antes de mais nada, porque lhes faltavam, ou nelas apenas começavam a desenvolver-se, os requisitos essenciais a essa independência, do tipo da nossa contabilização racional e de nossa separação jurídica dos bens da empresa dos do indivíduo. A tendência geral fornecia antes a constituição de empresas como partes de uma casa real ou de um feudo, do "oikos", o que constitui, como já o percebeu Rodbertus, com toda a sua semelhança superficial, um desenvolvimento fundamentalmente diverso e até oposto.

Seu significado atual, entretanto, só foi alcançado pelo capitalismo ocidental, com a sua associação à organização capitalística do trabalho. Até o que se costuma chamar de "comercialização", ou seja, o desenvolvimento dos títulos negociáveis e a racionalização da especulação, notadamente na Bolsa de Valores, dependem dela. Com efeito, sem a organização do trabalho em moldes capitalistas, tudo isso, mesmo que fosse possível, não teria seu atual significado. Principalmente no que diz respeito à estrutura social, e a todos os problemas contemporâneos especificamente ocidentais que dela decorrem. O cálculo exato — base de todos os demais — só é possível no plano do trabalho livre.

E, assim como o mundo não conheceu uma organização racional do trabalho fora do moderno Ocidente, ou justamente por isso mesmo, não existiu antes nenhum socialismo racional. Existiram, é verdade, instituições como a economia cívica, a política de abastecimento coletivo, o mercantilismo e a política previdencial dos príncipes, o racionamento, a regulamentação da economia, teorias de protecionismo e "laissez-faire"

(China). Da mesma forma, conheceu o mundo um grande número de economias comunistas e socialistas: familiares, religiosas ou militares, socialismo de estado (Egito), cartéis monopolísticos e também várias espécies de organizações de consumidores. Mas, apesar de ter havido em toda parte privilégios urbanos de mercado, corporações e toda espécie de diferenças legais entre a cidade e o campo, o conceito de cidadão e o conceito de "burguesia" não existiram senão no moderno Ocidente. Da mesma forma, inexistia, e só poderia mesmo inexistir o "proletariado" como classe, porque inexistia o trabalho livre institucionalizado. Lutas de classe entre camadas credoras e devedoras, proprietários fundiários e gente sem terra, servos ou meeiros; interesses comerciais e consumidores ou proprietários de terra têm existido em toda a parte e em diversas constelações. Mas, as lutas da Idade Média ocidental, entre empresários e seus empregados, só tiveram neles simples indícios. Inexistia por completo o atual conflito entre o empresário industrial e o operário livre. Assim, não podia haver problemas como o do moderno socialismo.

Desta forma, o que nos interessa numa história universal da cultura, mesmo do ponto de vista puramente econômico, em última análise, não é tanto o desenvolvimento da atividade capitalística como tal, diferindo nas várias culturas apenas na forma: o tipo de aventureiro, — ou o capitalismo do comércio, na guerra, na política, ou na administração como fonte de lucro. São, antes, as origens desse sóbrio capitalismo burguês, com sua organização racional do trabalho. Em outras palavras, do ponto de vista da história da cultura, a origem da classe burguesa ocidental e de suas peculiaridades é um problema que certamente se relaciona de perto com a origem da organização capitalística do trabalho, não sendo, entretanto, simplesmente a mesma coisa. "Burgueses" já existiam de forma permanente antes do desenvolvimento da forma específica do capitalismo ocidental. Mesmo estes, entretanto, apenas existiam no Ocidente.

A forma peculiar do moderno capitalismo ocidental foi, à primeira vista, fortemente influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. Sua racionalidade decorre atualmente de maneira direta da calculabilidade precisa de seus fatores técnicos mais importantes. Implica isso principalmente numa dependência da ciência ocidental, notadamente das ci-

ências matemáticas e das experimentalmente exatas ciências da natureza. O desenvolvimento de tais ciências e das técnicas baseadas nelas, por sua vez, receberam e recebem importantes impulsos dos interesses capitalistas ligados à sua aplicação prática na economia. As origens da ciência ocidental, entretanto, não podem ser atribuídas apenas a tais interesses. As operações, inclusive com números decimais, e a álgebra, já existiam entre os indianos, que foram os inventores do sistema decimal, cuja utilização só seria desenvolvida pelo capitalismo ocidental, pois na Índia inexistiam a moderna aritmética e contabilidade. A origem da matemática e da mecânica também está nos interesses capitalistas. Mas, a utilização técnica dos conhecimentos científicos, tão importantes para as condições de vida das nossas massas, foi certamente encorajada por considerações econômicas, que justamente se assentavam nela no Ocidente. Esse encorajamento decorria, entretanto, das peculiaridades da organização social do Ocidente. Deve-se então perguntar de que parte dessa organização, já que todas não podem ter sido igualmente importantes neste sentido.

Entre os fatores de importância incontestável, encontram-se as estruturas racionais do direito e da administração. Isto porque o moderno capitalismo racional baseia-se, não só nos meios técnicos de produção, como num determinado sistema legal* e numa administração orientada por regras formais. Sem esta, seriam viáveis o capitalismo mercantil aventureiro e especulativo, e ainda toda espécie de capitalismo politicamente determinados, mas não o seria empresa racional alguma sob iniciativa particular, com capital fixo e baseada num cálculo seguro. Esse tipo de direito e de administração foram válidos para a atividade econômica, em grau de relativa perfeição, somente no Ocidente. Deve-se perguntar agora onde é que se originou esse Direito. Entre outras circunstâncias, como se percebe por qualquer pesquisa, interesses capitalistas contribuíram para abrir caminho à predominância do direito e à administração de uma classe de juristas especialmente treinados na legislação racional, não sendo entretanto os únicos, e nem sequer os principais. Forças inteiramente diversas também atuaram no seu desenvolvimento. Se não, por que não fize-

* No original *berechenbaren Recht*, cuja tradução literal é "direito calculável".

ram o mesmo os interesses capitalistas na China ou na Índia? Por que lá não alcançou o desenvolvimento científico, artístico, político ou econômico, o mesmo grau de racionalização que é peculiar ao Ocidente?

Porque em todos os casos citados, trata-se do "racionalismo" específico e peculiar da cultura ocidental. Ora, sob essa denominação, pode-se entender coisas muito diferentes, como repetidamente se verá pela subsequente discussão. Há, por exemplo, as racionalizações da contemplação mística, ou seja, num contexto que, considerado sob outras perspectivas, é especificamente irracional, da mesma forma que há racionalizações da Sociedade, da técnica, do trabalho científico, da educação, da guerra, do direito e da administração. Cada um desses campos pode, além disso, ser "racionalizado" segundo fins e valores últimos muito diferentes, e, o que de um ponto vista for racional, poderá ser irracional do outro. Racionalizações têm existido em todas as culturas, nos mais diversos setores e dos tipos mais diferentes. Para caracterizar sua diferença do ponto de vista da história da cultura, deve-se ver primeiro em que esfera e direção elas ocorreram. Por isso, surge novamente o problema de reconhecer a peculiaridade específica do racionalismo ocidental, e, dentro deste moderno racionalismo ocidental, o de esclarecer a sua origem.

Cada uma dessas tentativas, tendo em conta a importância fundamental da economia, deverá, antes de mais nada, analisar as condições econômicas. Ao mesmo tempo, porém, não se deve omitir correlação inversa. Isto porque, o racionalismo econômico, embora dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional. Onde elas foram obstruídas por obstáculos espirituais, o desenvolvimento de uma conduta econômica também tem encontrado uma séria resistência interna. Ora, as forças mágicas e religiosas, e os ideais éticos de dever deles decorrentes, sempre estiveram no passado entre os mais importantes elementos formativos da conduta. É com elas que se ocupam os estudos aqui reunidos e ordenados.*

* Trata-se dos "Ensaio Reunidos de Sociologia Religiosa" (*Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*), dos quais o presente trabalho é apenas o primeiro do primeiro volume, dos três que compõem a obra.

Foram inicialmente arrolados dois ensaios^o que tentam, num ponto importante, abordar o lado do problema que geralmente é o mais difícil de ser apanhado: a relatividade da formação de uma "mentalidade econômica", de *ethos* de um sistema econômico. No caso, trata-se do exemplo das relações entre o moderno *ethos* econômico e a ética racional do protestantismo ascético. Aqui só se estuda, portanto, um lado da relação causal. Os trabalhos subsequentes, sobre a Ética Econômica das Religiões Mundiais, tentam, através de uma observação geral das relações entre as mais importantes religiões culturais com a economia e a estrutura social de seu contexto, destacar as duas relações causais, até onde for necessário para achar pontos de comparação com o subsequente desenvolvimento ocidental. Apenas assim é que se pode tentar uma avaliação causal daqueles elementos da ética econômica das religiões ocidentais que as diferenciam das outras, com alguma esperança de atingir, pelo menos, um tolerável grau de aproximação. Esses estudos, portanto, não pretendem ser análises completas de culturas, mesmo que breves. Pelo contrário, eles procuram destacar propositadamente em cada cultura aqueles aspectos nos quais diferia e difere da civilização ocidental. Orientam-se, pois, definitivamente para os problemas que parecem importantes para a compreensão da cultura ocidental, deste ponto de vista. Tendo em vista esse objetivo, não parecia possível qualquer outro procedimento. Mas, para evitar mal-entendidos, deve-se dar uma ênfase especial à limitação do citado objetivo.

Os não-iniciados devem ainda ser alertados contra a superestimação do significado dessas investigações. Naturalmente, o sinólogo, indólogo, semista ou egíptólogo, nada encontrarão de novo neles. Seria de se desejar apenas que nada encontrem de definitivamente errado nos pontos essenciais. Não sabe o autor até onde foi possível a um não-especialista chegar, pelo menos, perto desse ideal. Parece bastante evidente

^o O segundo intitula-se "As Seitas Protestantes e o Espírito do Capitalismo" (*Die Protestantischen Sekten und der Geist des Kapitalismus*), págs. 207-236 da edição alemã em que se baseia a presente tradução. Dele já existe uma tradução para o inglês de H. H. Gerth e C. Wright Mills, nos ensaios de Max Weber por eles editados (*From Max Weber: Essays in Sociology* — Nova York, 1958, Oxford University Press "Galaxy Book", págs. 302-322). Essa antologia contém ainda outros trabalhos da sociologia religiosa de Max Weber.

que qualquer um que seja obrigado a basear-se em traduções, e, ainda mais, no uso e avaliação de fontes monumentais, documentárias ou literárias, tem de valer-se de uma literatura especializada muitas vezes altamente controversa, e cujos méritos é incapaz de julgar acuradamente, tenha todos os motivos para achar muito modesto o valor de seu trabalho. Quanto mais, porque o número de traduções disponíveis de "fontes" verdadeiras (ou seja, de inscrições e documentos) ainda seja em parte muito pequeno (principalmente para a China) em comparação com o que existe de importante. Deduz-se de tudo isso o caráter perfeitamente provisório desses trabalhos, principalmente as partes referentes à Ásia.³ Somente o especialista está habilitado a um julgamento definitivo. E, naturalmente, eles foram escritos apenas porque não foram feitos ainda trabalhos especializados com essa finalidade específica e sob essa perspectiva particular. Eles estão destinados à superação num sentido muito mais importante do que, se fosse o caso, o de qualquer trabalho científico. Uma superação desse tipo não pode ser evitada em outros campos de estudo comparativo, por um trabalho desse tipo, por mais escrupuloso que ele seja. Mas, disso se devem retirar as consequências de uma resignação a consideráveis dúvidas com relação ao vulto do êxito obtido.

A moda ou o zelo dos literatos nos faz atualmente dispensar o especialista, ou relegá-lo à categoria subalterna de simples "observador".^o Quase todas as ciências devem algo aos diletantes, muitas vezes até pontos de vista de grande valor. O diletantismo como princípio, todavia, seria o fim da ciência. Quem quiser "ver" pode ir ao cinema, embora atualmente o mesmo lhe seja oferecido em massa também, no presente campo de investigações, sob a forma literária.⁴ Nada está mais longe do propósito empírico desses sóbrios estudos do que esta atitude. E — tenho de acrescentar — quem quiser um "sermão", que vá ao convento. A questão do valor relativo das culturas aqui tratadas não é abordada por palavra alguma. É verdade que a corrente dos destinos humanos só pode comover a quem lhe observa um segmento. Mas é bom que se guarde para si mesmo os seus pequenos comentários, assim como se faz à vista do mar ou das montanhas majestosas, a

^o No original *schauenden*.

menos que se ache chamado e capacitado a lhes dar expressão sob forma artística ou profética. Na maioria dos demais casos, a volumosa discussão sobre a intuição nada mais faz do que ocultar uma falta de perspectiva para com o objeto, que merece o mesmo julgamento do que a idêntica falta de perspectiva para com o Homem.

Deve-se justificar o fato de não ter sido utilizado material etnográfico numa extensão comparável com o valor de sua contribuição em qualquer investigação mais profunda, principalmente no campo das religiões asiáticas. Essa limitação não foi apenas imposta pela finitude da forças humana de trabalho. Ela pareceu permissível porque obrigatoriamente se vai tratar da ética religiosa das classes que foram as "portadoras" da cultura de seus respectivos países, da influência exercida pela conduta delas. É verdade que também essas podem apenas ser completamente conhecidas em todos os seus pormenores, quando confrontados com os dados da etnografia e do folclore. Deve-se admitir, portanto, enfática e expressamente, que há aqui uma falha, que deverá ser objetada, de pleno direito, pelo etnógrafo. Espero contribuir de certa forma para a sua superação num estudo sistemático da Sociologia da Religião. Uma tentativa dessa espécie teria ultrapassado os limites desta investigação e das suas circunscritas finalidades. Ela teve de contentar-se com a tentativa de, na medida do possível, trazer à superfície os pontos de comparação com as nossas religiões ocidentais.

Finalmente, cabe uma referência ao aspecto antropológico do problema. Quando repetidamente declaramos — mesmo em setores de vida aparentemente independentes entre si — que determinados tipos de racionalização se desenvolveram no Ocidente, e apenas no Ocidente, seria natural suspeitar que a razão fundamental esteja em diferenças de hereditariedade. O autor reconhece estar pessoal e subjetivamente inclinado a admitir que é muito grande a importância da hereditariedade biológica. Mas, apesar dos notáveis resultados da pesquisa antropológica, não vejo até o presente qualquer possibilidade de medir exatamente, ou mesmo aproximadamente, a extensão, ou — antes de mais nada — a forma de sua influência no desenvolvimento aqui investigado. Deve ser justamente uma das tarefas do trabalho histórico e sociológico a análise primeira de todas as influências e relações causais que possam ser satis-

fatoriamente explicadas em termos de reações às condições ambientais. Somente então, quando a neurologia e a psicologia racial comparada tiverem progredido para além de seu estágio presente, e, sob muitos aspectos, promissor início, é que se poderá esperar por uma probabilidade de resposta satisfatória a esse problema.⁵ Por enquanto essa pressuposição me parece inexistente: um apelo à hereditariedade envolveria por isso uma desistência prematura da possibilidade do conhecimento agora atingível, e encaminharia o problema para fatores ainda desconhecidos no presente.